

# Em defesa da Constituinte

PAUL SINGER

**H**á um novo esporte na praça: malhar a Constituinte. Se os preços sobem, se a temperatura cai, se nos jogos da Copa União não há gols a culpa é da Constituinte. A Constituinte é culpada porque ainda não produziu nada, como se fosse uma fábrica de salsichas. É culpada também porque discute muito, encara propostas as mais diversas, cria suspense, que é ótimo pretexto para o resto do país adiar para depois de amanhã o que deveria ter resolvido antontem. É culpada sobretudo porque tende a aprovar (nada ainda em definitivo) dispositivos que contrariam interesses poderosos...

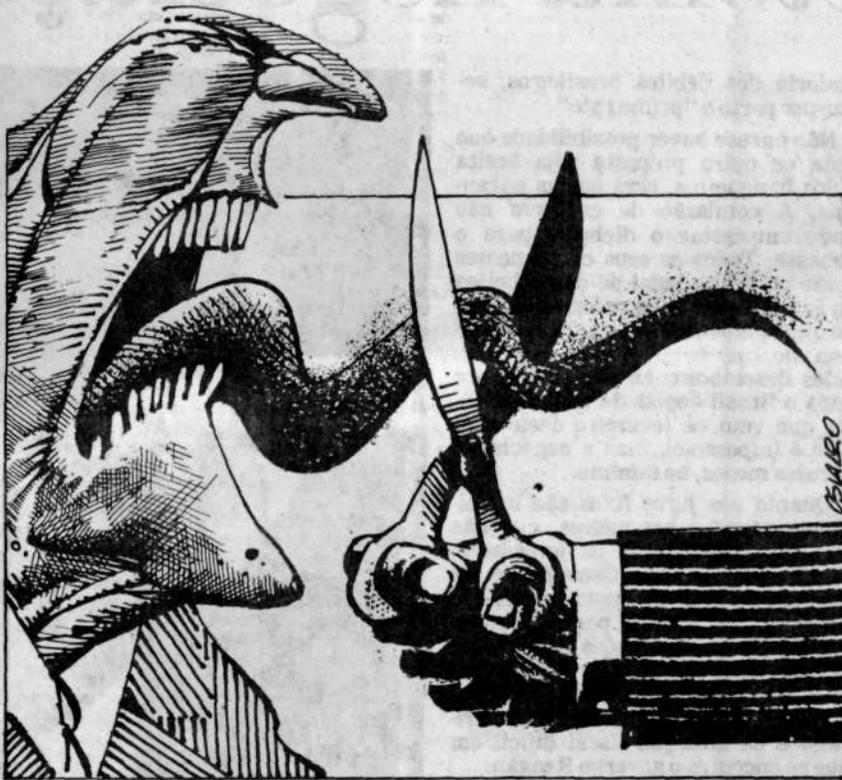
Esta semana o novo esporte ganhou mais um praticante: o ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Em peça montada para deliberadamente provocar impacto, Simonsen usa a metralhadora giratória para denunciar o "capitalismo cartorial", a Nova República, os "economistas do PMDB", a "esquerda tupiniquim" e sobretudo a Constituinte.

Em artigo de capa de Veja (nº 997, p. 24 a 35), com fotografia de corpo inteiro em página quase dupla, Simonsen desanca as elites dominantes, o Plano Cruzado, a moratória, a opção preferencial pelos pobres, o ICM, o subsídio aos mutuários do BNH, o empreguismo, a prestação de favores governamentais a capitalistas privados, a Lei da Informática, o fortalecimento do mercado interno, o capitalismo de Estado, a reforma agrária e urbana e mais outros demônios.

Tudo isso em tom retórico, recheado de ditos de espírito. Seria difícil atinar contra o que se dirige exatamente esta catilinária, se não fosse a denúncia angustiosa de que o Brasil está sendo empurrado ao abismo por uma cambada de idiotas bem intencionados, que compõem a Comissão de Sistematização da Constituinte. Aqui está o grande perigo que ameaça nosso futuro.

Senão, vejamos. Logo no início do longo artigo, Simonsen alerta: "Infelizmente, tudo isso vem sucedendo num ano em que o Congresso prepara uma nova Constituição, concebe um novo regime... O Brasil está hoje diante do risco de ratificar simultaneamente uma opção irracional pelo atraso tecnológico, pela xenofobia, pelo estatismo e pelo mais nefando dos tipos de capitalismo cartorial que já se abateram sobre sua História".

Em todo restante do arrazoado não se encontra qualquer fundamentação concreta deste alegado risco, mas advertências do mesmo teor são repetidas a cada momento. "O cruzado e a moratória, por mais irracional e desastrosos, ainda são equívocos reversíveis. Deixam cicatrizes, mas não nos condenam à metástase. Realmente grave, isso sim, é a espada de Dâmocles que a nossa Constituinte colocou em órbita sobre



os 8,5 milhões de quilômetros quadrados deste Brasil. O apelido 'progressismo' do anteprojeto da Comissão de Sistematização é a confluência da subcultura e do oportunismo".

Na página seguinte lemos: "A grande questão que se deve debater no Brasil, agora, é o que preferimos: empobrecer os ricos ou enriquecer os pobres. Para alcançar o primeiro objetivo basta adotar o anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização e entrar para a História como o país dos dois Cabral, o que descobriu e o que encobriu o Brasil".

E vários parágrafos mais adiante: "As teses de hoje, em grande parte incorporadas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, são as mesmas que se ouviam no governo João Goulart. Com uma diferença: em 1960 elas eram falsas, mas carregavam o benefício da dúvida. Hoje, as dúvidas se dissiparam e Mikhail Gorbachev parece um direitista diante da esquerda brasileira". E para arrematar a advertência do início, Simonsen conclui: "Com quimeras e tolices, a Nova República e sua douta Constituinte meteram o povo brasileiro no trem-bala para Bangladânia, uma terra tão pobre quanto a Bangladesh e tão isolada do mundo quanto a Albânia".

As diatribes de Simonsen contra a Constituinte dão o que pensar, pois nada indica que: 1º) haja de fato uma maioria de esquerda na Consti-

tuante ou em sua Comissão de Sistematização e 2º) que a esquerda brasileira tenha alguma semelhança com a caricatura que Simonsen apresenta dela. Tomemos, a sério, apenas uma das muitas questões abordadas na peça, "a preservação desse sistema de favores, através do qual o Congresso finge acreditar na possibilidade de o Estado resolver todos os problemas nacionais" etc...

O articulista não se dá ao trabalho de apontar que dispositivos do anteprojeto de Constituição preservam qual sistema de favores. Seja como for, a esquerda tem denunciado há muito tempo que o tão malsinado "estatismo" tem servido para "resolver os problemas de uma elite política, econômica e financeira utilizando o dinheiro do contribuinte e fazendo de conta que está promovendo o bem público. Não é certamente a esquerda que defende a concessão de crédito subsidiado, isenções fiscais ou contratos leoninos a grupos privados, práticas levadas ao paroxismo no regime militar, apesar de suas posturas "privatistas" ou, quem sabe, por causa das mesmas.

Mas, se a esquerda se opõe à privatização do fundo público, isso não a leva a abrir mão da função redistribuidora do Estado. Uma coisa nada tem a ver com a outra. Nas democracias mais avançadas, o Estado se apodera de boa parcela da renda das camadas ricas para redistribuí-la, sob a forma de escola

pública, previdência social, assistência pública à saúde etc. ao conjunto da população.

É imperativo que no Brasil, onde a miséria é tão grande, o Estado faça o mesmo. Isso não tem nada que ver com "a presunção de que o Estado é capaz de criar recursos do nada". Mas, tem tudo a ver com o falso dilema: "empobrecer os ricos ou enriquecer os pobres". Quando os ricos pagam Imposto de Renda, que sustenta escolas públicas e postos de saúde que eles, ricos, não usam, é óbvio que há uma redistribuição de renda que, sem enriquecer os pobres, certamente os beneficia.

É uma falácia afirmar que, pelo fato dos ricos acumulare capital e com isso proporcionarem empregos aos pobres, tudo o que afeta suas rendas prejudica o país e os trabalhadores. Afinal de contas, os ricos gastam em consumo ostentatório boa parte do excedente social e por isso justifica-se que parte de sua renda seja transferida pelo Estado para o consumo essencial dos mais necessitados.

A defesa que Simonsen faz da privatização de empresas criadas com recursos públicos é vaga e ideológica. Ela seria "democrática" (no caso da Grã-Bretanha) porque enquanto a empresa estiver nas mãos do Estado, o cidadão não pode vender a sua parte na propriedade dela, nem nomear seus dirigentes.

A privatização torna a empresa propriedade duma minoria, a qual pode vender suas ações quando o desejar. Mas, para a maioria da população isso não é vantagem e se as ações são alienadas abaixo do seu valor patrimonial, como relata Simonsen que ocorre na Grã-Bretanha, há um prejuízo para o erário público e um favorecimento de interesses privados, contra o qual o articulista tanto debatera, em abstrato.

O outro argumento é que as empresas quando privatizadas deixam de onerar o Tesouro. Acontece que ninguém compra empresas que dão prejuízo. Quando um governo privatiza empresas deficitárias, pode-se ter certeza que, de algum modo, os adquirentes estão sendo subsidiados, pois como diz Simonsen, o capital privado "não é instituição de caridade".

Se estes são os argumentos para nos fazer crer que a Constituinte está "optando pelo atraso", podemos ficar tranquilos. Nela estão representados os mais diversos interesses e as mais variadas posturas ideológicas. Do seu trabalho podem resultar perigos reais a alguns interesses estabelecidos, no fundo incompatíveis com a democracia que se procura implantar. Malhar a Constituinte pode servir a estes interesses mas de modo nenhum ao povo brasileiro.